

O Plano Brasileiro de Sustentabilidade

Na **Eco-92**, foram feitas aos Estados do mundo 2.500 recomendações, com vistas à proteção do planeta. José Renato Nalini, aborda **Desenvolvimento Sustentável** com sapiência, no seu livro **Ética Ambiental**, apresentando um resumo do que foi considerado o principal subproduto da **Eco-92**.

O Brasil elaborou um plano próprio de sustentabilidade, chamado **Agenda 21 do Brasil**. Este plano é um conjunto de propostas elaboradas para apresentação à Cúpula Mundial de Joanesburgo.

A Agenda 21 estabeleceu seis áreas temáticas:

1. agricultura sustentável;
2. cidades sustentáveis;
3. infra-estrutura e integração regional;
4. gestão de recursos naturais;
5. redução das desigualdades sociais;
6. ciência e tecnologia.

Para atingir os objetivos nela contidos, definiu-se uma plataforma de 21 ações prioritárias conducentes ao ideal da sustentabilidade. São elas:

1. Produção e consumo sustentáveis

A proposta é promover campanha nacional consistente e eficaz para evitar o desperdício e restringir a produção de recicláveis. Não há necessidade de esgotamento de matéria-prima, se o produto final, sempre descartável, pode ser reaproveitado.

2. Ecoeficiência e responsabilidade social das empresas

O propósito é incentivar mecanismos de certificação e procedimentos voluntários de monitoramento. As empresas precisam ser conscientizadas de sua responsabilidade quando lançam ao mercado produtos que podem comprometer o meio ambiente.

A tecnologia disponível é suficiente para a adoção de alternativa mais saudável, em termos de preservação, mais econômica, o que interessa ao capital e eticamente irrepreensível, o que interessa ao marketing. No futuro, somente as empresas ecologicamente corretas terão mercado. As demais serão boicotadas.

3. Retomada do planejamento estratégico

A dimensão ambiental precisa ser incorporada aos eixos de desenvolvimento. Não há divórcio entre o progresso e a ecologia. Esta precisa ser princípio inspirador de todas as políticas. A questão não é apenas de uma política correta, mas a de pensar na subsistência da vida, na manutenção da espécie humana sobre este planeta frágil, extenuado de tanta exploração inconsciente.

4. Energia renovável

Os combustíveis fósseis um dia terminarão e, se a situação de instabilidade no Oriente Médio perdurar, esses estoques poderão ter abreviado o seu tempo útil. O Brasil precisa investir em energias alternativas. A eólica, O PROÁLCOOL sob nova fisionomia, desvinculado da antiga concepção feudal do setor sucroalcooleiro, mas atento às graves questões ambientais que o cultivo da monocultura da cana já acarretou. Sem deixar de incentivar pesquisas nas Universidades e Centros Científicos, para o aproveitamento de outras fontes energéticas.

5. Informação e conhecimento para o desenvolvimento sustentável

A preocupação com a sustentabilidade passa a ser objetivo permanente de todos os brasileiros, mas, principalmente, daqueles que dominam setores nevrálgicos para o desenvolvimento da Nação. A pesquisa precisa merecer atenção e largos investimentos, para que o Brasil possa queimar etapas e abandonar a produtividade suja, descobrindo novas fórmulas e métodos para uma produção e consumo responsável.

É preciso lembrar que, se o Brasil se adiantar em criatividade para a preservação de um ambiente saudável, será o destino natural dos cidadãos do primeiro mundo em busca de uma parcela ainda preservada do utópico Éden. O ecoturismo pode ser a porta da redenção brasileira, no resgate de seus velhos débitos e reconhecido atraso.

6. Educação permanente para o trabalho e a vida

A preservação depende da educação de todos. Educação permanente, que não termina com a fase da escolarização normal. Além do analfabetismo funcional, há o analfabetismo digital e, **pior de todos, o analfabetismo moral**, daquele que quer tornar a sua vida uma arapuca de caçar dinheiro, desprezados todos os demais valores. A formação de uma criatura mais respeitosa à vida, à natureza e à dignidade do seu semelhante é um projeto que dignifica uma geração.

7. Promover a saúde e evitar a doença

Pensar a saúde não apenas como ausência de doença, mas como qualidade de vida. Incentivar a prevenção, o esporte, a atividade física - boa para o corpo, mas melhor para a mente. Democratizar o SUS, que é tema constitucional, ampliar a detecção precoce de hipertensão, diabetes, desnutrição e câncer. Propiciar atendimento preventivo para a higidez mental de todos os brasileiros.

8. Inclusão social e distribuição de renda

O Brasil precisa se envergonhar por ser uma das nações em que a diferença entre milionários e miseráveis chega a anos-luz. A escala Gini, que mede a distribuição de renda, indica o índice 0,6 para o Brasil. A proposta da Agenda 21 é reduzi-lo para 0,4. Mas é necessário cobrar e fiscalizar as políticas públicas que realmente reduzam esse deprimente fosso entre ricos e pobres.

9. Universalizar o saneamento ambiental

O saneamento básico ainda é utopia em vastas áreas brasileiras. Não só nas regiões mais pobres, mas na periferia de qualquer grande cidade. A meta modesta é ampliar para 60% o tratamento secundário de esgotos durante a próxima década. Mas isso apenas não basta.

É necessário continuar com o atendimento às populações carentes, com o planejamento familiar, os exames pré-natais, a formação de uma mentalidade em que a higiene seja efetiva preocupação de cada jovem mãe brasileira e que esse aprendizado se prolongue por toda a vida de qualquer pessoa.

10. Gestão do Espaço Urbano

O Estatuto da Cidade é um diploma que merece o maior apreço de toda a lucidez brasileira, pois oferece instrumentos para a defesa da democracia, da participação, do meio ambiente saudável e reformula a concepção de cidade.

Esta não pode ser um ajuntamento irregular de propriedades imóveis e de moradias indignas, mas precisa ser um espaço saudável, no qual todas as pessoas possam se desenvolver em dignidade, até o atingimento da plenitude possível.

O Estado precisa ser conclamado a tornar-se promotor do verdadeiro desenvolvimento urbano sustentável. A elaboração de Planos Diretores com efetiva participação da comunidade durante sua discussão, elaboração, implementação e execução, precisa ser objeto de políticas sérias e consistentes.

11. Desenvolvimento sustentável no Brasil rural

A zona rural, tão relegada durante décadas, precisa ser redescoberta. A qualidade de vida no campo é muito mais saudável do que aquela propiciada na cidade, principalmente à população mais despossuída.

Promover o acesso à terra e incentivar a agricultura familiar, com a recomposição da vegetação nativa, o incentivo à policultura, à reintrodução de hábitos rurais característicos e a restauração do orgulho de ser caipira, tudo se insere nesse grande projeto de salvação nacional.

12. Promoção da agricultura sustentável

O capitalismo selvagem contaminou a produtividade rural, com o objetivo de multiplicar a performance da lavoura mecanizada, sem cautelas maiores em relação ao esgotamento do solo, ao uso de fertilizantes tóxicos, à eliminação da fauna silvestre e à destruição da biodiversidade.

Uma agricultura sustentável significa incentivar o manejo dos sistemas produtivos, adotar rotação, observar o princípio da precaução para transgênicos e cuidar da terra com carinho, pois é dela que se retira o sustento e a vida.

13. Promover a Agenda 21

Não basta adotar as metas, sem fiscalizar a sua implementação e sem elaborar indicadores de desenvolvimento sustentável. Esse objetivo propiciará inclusive a correção de rumos, a reformulação de propostas e permitirá ao Brasil verificar, a qualquer momento, se existem êxitos ou fracassos a serem colhidos.

14. Implantar o transporte de massa

A cultura do automóvel já tornou as metrópoles lugares intransitáveis e geradores de uma população traumatizada, angustiada e infeliz. É preciso ter coragem de inverter essa equação. Nenhum grande país do mundo abandonou sua ferrovia, como o Brasil criminosamente fez.

É urgente a retomada de projetos conseqüentes de transporte coletivo, para reduzir a utilização egoísta do carro individual, promover a descentralização das cidades, implantar redes de metrô e trens rápidos. Não é apenas a qualidade de vida que melhorará, com a garantia de deslocamento mais rápido e a menor utilização de combustíveis poluidores.

Será incentivar a solidariedade e o convívio, seriamente ameaçados pelo cultivo de uma civilização narcisista, hedonista e egoísta, baseada apenas no interesse individual desvinculado com qualquer preocupação com o semelhante.

15. Preservar e melhorar as bacias hidrográficas

A questão da água tem sido salientada como a mais séria e urgente do século XXI. **Os mananciais estão secando porque se destrói a mata ciliar e se constrói indiscriminadamente.**

É necessário assegurar a preservação dos mananciais pelo estabelecimento de florestas protetoras e proteger margens dos rios, recuperando as matas ciliares, sem esquecer dos projetos de despoluição. Muitas vezes eles servem apenas de marketing político e não correspondem com a realidade.

16. Política florestal e controle de desmatamento

O desmatamento é um crime que ocorre diuturnamente em todo o Brasil. Não apenas na região amazônica, mas também no pouquíssimo verde que sobrou da Mata Atlântica. É preciso cessar a devastação. Proibir o desmatamento.

Limitar a concessão de créditos para a expansão da fronteira agrícola. Implantar corredores de biodiversidade em todos os biomas.

Punir os crimes ambientais, mas com rigor e celeridade. Principalmente aqueles praticados por homens públicos e por empresas desvinculadas com o verdadeiro interesse brasileiro.

17. Descentralização do pacto federativo

A Federação brasileira é um arremedo, pois tudo está concentrado na União, à feição imperial. A participação do povo no Parlamento é deformada, pois o Sudeste não tem o número de representantes correspondente à sua população, para garantia das políticas fisiológicas constitutivas da velha herança colonialista e feudal.

A Agenda 21 se propõe também fortalecer o federalismo e definir as competências entre União, Estados e Municípios e precisaria rediscutir a representatividade, para implementação da verdadeira Democracia Participativa, conforme escolheu o constituinte ao elaborar o Pacto de 1988.

18. Modernização do Estado: gestão ambiental e instrumentos econômicos

O Estado Brasileiro ainda é arcaico em sua estrutura, ressalvado o avanço registrado nas últimas décadas em relação ao Executivo e ao Legislativo. Falta modernizar o judiciário, sem o que não haverá Democracia efetiva. Além disso, cumpre estabelecer termos de compromisso para a solução de passivos ambientais amparados por garantias bancárias.

19. Relações Internacionais e Governança Global

Esta meta se propõe fortalecer as Nações Unidas como organismo representativo, fazer gestões para obrigar os países resistentes ao cumprimento dos compromissos assumidos como o Protocolo de Kyoto e o Tribunal Penal Internacional, por exemplo, além de estimular a discussão sobre a necessidade de Tribunal Internacional de Direitos Humanos, Tribunal Internacional de Meio Ambiente e de outros organismos supranacionais.

Afinal, é de se reconhecer que a idéia de soberania está cada vez mais flexibilizada e serve apenas para rasgos demagógicos quando a vontade predominante pretende fazer cessar qualquer irrisignação ou fazer calar a voz das minorias.

20. Formação de capital social

O terceiro setor e as ONGs, que são a grande realidade deste século, precisam ser estimuladas, para integral restauração do princípio da subsidiariedade. Esta meta propõe a expansão dos incentivos fiscais ao terceiro setor, além de promover oportunidades para os negros e minorias, fortalecer o papel da mulher e proteger os indígenas e os rústicos da biopirataria.

21. Pedagogia da sustentabilidade

Inserir-se no grande projeto da Educação Ambiental, com adoção do princípio da responsabilidade corporativa, criação de mentalidade redutora do consumo irresponsável, com estímulo a atitudes solidárias, ascéticas e construtivas da dignidade humana.

A Agenda 21 foi elaborada em longo trabalho, desde o ano de 1997 e incumbe ao Ministério do Meio Ambiente fazer com que seus compromissos sejam incorporados à proposta orçamentária e ao Plano Plurianual do período de 2004 a 2007.

Muitas de suas propostas poderiam ser comprometidas pelas vinculações do Brasil com o FMI. Mas para evitar esse condicionamento, a agenda propõe a criação de fundos de financiamento às ações de desenvolvimento sustentável, nos moldes dos fundos setoriais criados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia para estimular a inovação, com taxação das empresas dos setores beneficiários.

Todavia, o cumprimento da Agenda 21 depende de profunda mudança cultural na sociedade e no empresariado, para que se venha a priorizar o ambiente. Os ambientalistas têm uma responsabilidade redobrada, pois costumam funcionar como grilos falantes, incomodando a consciência anestesiada dos gananciosos e dos irresponsáveis.

A educação ambiental precisa focalizar essas metas e cobrar, de todas as esferas, o cumprimento de seus relevantíssimos propósitos.

Luiz Antonio Batista da Rocha –Eng. Civil – Consultor em Recursos Hídricos – Auditor Ambiental – rocha@mdbrasil.com.br – www.outorga.com.br – www.rochaoutorga.hpg.com.br